

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS EM 1964: DE FORÇA AUXILIAR DO EXÉRCITO A ALIADO IMPRESINDÍVEL

MARLON WALLACE ALVES SIMÕES

1º Sargento da PMMG

Resumo: O presente artigo foi apresentado como trabalho de conclusão da disciplina Culturas Políticas do Curso de Pós-graduação em História e Culturas Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais em 2006. Seu objetivo é apresentar a importância da Polícia Militar como aliada do Exército Brasileiro para deflagrar o movimento de 31 de março de 1964.

Palavras-chaves: Culturas Políticas, Polícia Militar de Minas Gerais, Exército Brasileiro e aliados.

1 INTRODUÇÃO

Após 44 anos de seu advento, o período de governo militar no Brasil parece despertar novos interesses aos pesquisadores. A abertura dos arquivos do DOPS trouxe subsídios para realização de novas pesquisas, possibilitando assim um imenso campo a ser investigado e documentos a serem “esmiuçados”.

Na apresentação do livro *O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 - 2004)*, encontramos também o pensamento de que estamos em um dos melhores momentos para realizarmos análises desse período político tão marcante na história do Brasil. Os organizadores nos mostram que ao se completar 10 anos do golpe só era possível falar com liberdade sobre o tema no exterior, uma vez que o país passava pelo chamado anos de chumbo, momento em que a ditadura estava mais rígida. Depois de 20 e 30 anos desse período, mesmo quando já havia sido restaurada a democracia, a sociedade “não pareceu muito

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

propensa a debater sobre o tema, como se estivesse mais inclinada a esquecer do que recordar...” (REIS, RIDENTI, MOTTA 2004:09).

Agora, como apresentado no início, passados mais de quarenta anos, momento em que nos distanciamos desse acontecimento histórico, permitindo um maior afastamento desse objeto (algo muito precioso ao trabalho do historiador), percebemos uma imensa gama de abordagens de uma nova geração de estudiosos. A obra citada nos apresenta uma diversidade de pesquisas sobre o período 64 - 85 e nos “oferece uma expressiva mostra de estudos e pesquisas que se realizaram, e ainda estão se realizando...” (REIS, RIDENTI, MOTTA 2004:10).

Desta forma, podemos encontrar análises da ditadura militar sobre música, caricaturas, propaganda, imaginário, exílio, política, economia e tantas outras. Ora, e como seria de esperar ao se tratar de uma ditadura militar, encontramos diversos trabalhos sobre esses atores, vários deles escritos pelos próprios militares, muitas vezes com um olhar parcial e apaixonado.

Porém, seguindo um novo caminho de olhares distanciados, vale ressaltar a indiscutível contribuição de Élio Gaspari nesse campo. Mas, ao analisarmos as abordagens sobre os militares, percebe-se que a grande maioria das pesquisas é direcionada às Forças Armadas, com pouca inclinação para pesquisar as Polícias Militares. Assim, encontramos poucos trabalhos dedicados a essas instituições e seus personagens.

Sob esse aspecto, levando ainda em consideração as análises de Starling (1985) sobre a participação de Minas Gerais no movimento de 1964, percebemos que a Polícia de Minas foi peça fundamental para execução e desenrolar dos fatos naquele período, pois as tropas federais no Estado eram insuficientes para levar a cabo o golpe que se planejava. Nesse sentido, percebe-se o quanto foi importante a adesão dos policiais mineiros para complementarem as tropas federais, e, como apresentado, quase não encontramos estudos

sobre esses militares, com exceção de obras encontradas no museu e na biblioteca da Polícia, a maioria escrita por oficiais da Corporação, alguns até participantes do movimento. Porém, a maioria dessas obras não possui o caráter acadêmico, mas um “espírito patriótico dos vencedores contra o mal, a desordem e o comunismo”. Elas servem, sim, como fontes de consulta para, como nos apresenta Starling, “reinventá-los” e descortinarmos através de novos olhares dados e nuances que nada significariam ou representariam para um leitor comum, mas não para o olhar “investigativo” do historiador.

Neste sentido, de uma escassez de trabalhos acadêmicos que abordem aspectos da atuação das Polícias Militares e seus integrantes no movimento de 1964, este trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese da preparação da Polícia Militar mineira para que se ela transformasse de forma efetiva em uma força combativa, e, juntamente com tropas do Exército, levar a cabo o plano de derrubada do governo Goulart.

2 CAPITALISMO, COMUNISMO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: OS CONTURBADOS ANOS 60

No final da década de 50 e início dos anos 60, o Brasil passava por um conturbado momento político, as classes populares aumentavam sua participação política e pressionavam para mudanças no cenário sócio-econômico nacional. Isso era resultado “do avanço e da consolidação de organizações e atividades políticas e culturais, ampliando e desenvolvendo, como decorrência, o princípio e a prática da cidadania” (STARLING 1985:41).

Porém, a elite empresarial brasileira, após a queda de Getúlio Vargas, passou a projetar um desenvolvimento modernizante para inserir o país como uma sociedade industrial no mercado internacional capitalista. Esse projeto era conservador e excludente. Essa ideologia, como nos mostra a professora Heloísa, encontrou aliados no corpo de oficiais da Escola Superior de Guerra.

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

Nesse contexto, de uma camada popular mais consciente politicamente e que reivindicava cada vez mais seu espaço no cenário brasileiro e a chegada de João Goulart ao poder da nação, com a renúncia de Jânio Quadros, havia uma barreira ao projeto de reordenação econômica e política que a classe dos empresários propunha para o país, um desenvolvimento em que o crescimento estaria atrelado ao setor industrial em parceria com multinacionais, e para Toledo:

as classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e políticos, no pré-64 apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças... tais demandas em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro (TOLEDO 2004: 68).

A figura de João Goulart não era bem aceita pela elite empresarial brasileira. Jango era visto como um continuismo do populismo de Vargas, era observado com receio desde quando foi ministro do trabalho de Getúlio e defendeu um aumento de 100% para o salário mínimo. Ainda “era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição em 1955 e a reeleição em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas.” (MOTTA 2002: 234).

Como se pode observar, o país passava por um momento crítico. Além das pressões populares, o comunismo que já era temido e combatido no Brasil há décadas deixava de ser um inimigo distante e se apresentava às portas. Para os anticomunistas, com a revolução cubana em 1959, o comunismo mostrava que não estava mais arraigado apenas na Europa, apresentava-se na América. Para aumentar ainda mais o medo dos conservadores, a esquerda no Brasil também ganhava impulso através do fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a criação de outras organizações como: Ligas Camponesas, Ação Popular, Políticas Operárias entre outras, e, pior ainda, para eles, os comunistas já haviam se infiltrado no poder e tinham um aliado no Executivo, o próprio vice-presidente, que, como já apresentado, assumiu o lugar de Jânio Quadros que havia renunciado.

Como forma de barrar esse avanço e aliviar as tensões, a saída encontrada para que Jango tomasse posse foi a implantação do parlamentarismo, pois, como nos mostra o professor Rodrigo Patto Sá Motta, o país se encontrava em um estado de pré-guerra. Porém, “A manobra parlamentarista teve o efeito de apaziguar a crise e evitar o confronto aberto, mas não desmobilizou os conservadores e anticomunistas...” (MOTTA 2002: 235)

Essa manobra, no entanto, apenas apaziguou as tensões por pouco tempo. Posteriormente, Jango recuperou seus poderes com o retorno do presidencialismo. Para aumentar a crise, o governo brasileiro, além de se aproximar dos movimentos de esquerda, continuou com uma política externa, iniciada com Jânio Quadros, que procurava diminuir a dependência do país em relação aos EUA e de aproximação de países socialistas. Como se já não bastassem essas barreiras a serem vencidas pelo presidente, Goulart aumentava mais ainda sua rejeição pelos conservadores e anticomunistas ao se inclinar para a esquerda e defender e sinalizar para realização das reformas de base, tão desejada pelas classes populares e temidas pela elite brasileira. Essas atitudes foram a gota d’água para a radicalização e polarização política. Para os anticomunistas, se não fosse feito algo, a derrota seria certa e iminente. Atrelado a essas questões políticas, o país enfrentava uma séria crise econômica com greves por todo o país. Era necessário fazer algo.

Diante da situação em que se encontrava o país, na visão dos opositoristas e empresários do setor “multinacional-associados”, não era possível mais viabilizar uma saída com “acomodação interna no interior do Estado, que permitisse viabilizar seu projeto de classe, dentro da lei e da ordem” (STARLING 1985: 44). Iniciava-se então uma articulação pela classe dominante para a derrubada do governo com um golpe de Estado.

Diante dessa iniciativa, dois órgãos foram essenciais para que a classe economicamente dominante se tornasse politicamente organizada para a tomada do poder: Instituto Brasileiro de Ação

Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

O IBAD foi criado por militares e empresários no Rio de Janeiro no final da década de 1950. Possuía caráter conservador e anticomunista e mantinha estreitas ligações com a Agência Central de Inteligência (CIA). O IPES foi fundado no final de 1961 também por militares e empresários. A função dessas duas instituições foi articular união da diversificada classe empresarial com o objetivo de estabelecê-la como força política, consecutivamente derrubar o governo Goulart e implantar seu modelo econômico desenvolvimentista. Ora, a classe dominante realmente acreditava, e temia, que o comunismo estava às portas e iria trazer o caos à sociedade. *“Os líderes do movimento de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo”* (MOTTA, 2002: 276)

Como nos mostra Starling (1985), o IPES e o IBAD desenvolveram no período entre 1961-1964 uma sofisticada campanha política, ideológica e militar para conseguir colocar em prática seus objetivos que foram alcançados em março de 1964. No início, as articulações permaneceram só no eixo Rio-São Paulo. Em um segundo momento, Minas foi vista como ponto fundamental e estratégico para o desenrolar das ações. Dessa forma, cria-se o IPES-MG, que foi fundado oficialmente em 1962. O discurso ideológico utilizado pelo IPES que se adequou perfeitamente em MG foi o apelo ao espírito de tradição e liberdade dos mineiros, resgatando assim os ideais da Inconfidência Mineira, ou seja, a conspiração para derrubada do governo em busca da liberdade e contra a opressão.

Minas Gerais era importante para os conspiradores por dois motivos: primeiro sua tradição política, pois seu consenso interno, sua capacidade de articulação e sua influência na administração federal dava a Minas um prestígio nacional. Assim, não se poderia perder um aliado político tão importante. Em segundo lugar, a posição do Estado era extremamente estratégica para o desenrolar de uma ação militar, pois eles pareciam estar esperando uma forte

contra-ofensiva. Para os integrantes do IPES, o território mineiro era uma área privilegiada para se criar uma resistência armada contra o governo. O Estado fazia fronteira com quase todas as regiões do país, o que permitia comunicação e abastecimento; estava próximo do centro político do país e, por último, o terreno extremamente irregular e montanhoso oferecia perfeitas condições de segurança, ofensiva difícil por tropas regulares, perfeito para refúgio e para lançar ataques.

Mas em toda essa estratégia havia um problema, como apresentado no início, Minas não dispunha de um aparato militar considerável do Exército para realizar uma ofensiva. As tropas federais no Estado nunca foram em grande número, bem como “é uma região cuja importância militar está voltada para suprimento de recursos...os comandos no estado não são operacionais e sim logísticos... coloca Minas, dentro das prioridades do 1º Exército, como a última a receber material bélico” (STARLING 1985:112). A saída para esse impasse foi a necessidade de conquistar a adesão da Polícia Militar para compor as forças de combate e resistência.

Assim, o IPES-MG, após conseguir unir e conscientizar os empresários mineiros em torno do seu projeto político de classe (assunto que não me deterei por não se tratar do tema principal), partiu para as articulações militares no Estado. Como mostrado, já na fundação tanto do IPES quanto do IBAD em SP e RJ, havia presença de militares (principalmente os com curso na Escola Superior de Guerra (ESG) que era anticomunista e antigoullart), o que tornava extremamente fácil a articulação com o restante da tropa e com oficiais de outros Estados. Em Minas, o principal oficial do Exército foi o Comandante da Quarta Infantaria Divisionária, General Guedes, e, posteriormente, o General Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do 1º Exército (em Juiz de Fora).

O General Guedes assumiu em Minas a supervisão militar da conspiração, tendo de resolver a questão da fragilidade das tropas do Exército, pois como o próprio General afirmava:

O Exército em Minas vale somente pela qualidade, de vez

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

que seus efetivos são reduzidos e, ademais, sofrem limitações resultantes dos irrisório tempo de serviço e do sistema de ampla incorporação. Praticamente dispõe de soldados, e poucos, partes dos quais ainda com instrução incompleta, durante três a quatro meses por ano (STARLING 1985: 118).

Como citado anteriormente, a saída era incorporar a PM de Minas ao movimento conspiratório, tarefa que não foi muito difícil, pois o próprio IPES-MG tinha como aliado e parte integrante o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel José Geraldo de Oliveira, e o anterior, Coronel José Meira Júnior. Com a presença desses dois coronéis, facilmente se conseguiu a adesão do restante dos oficiais daquela força.

A PM em Minas, ao contrário de que se pensa, era uma excelente opção para reforço das tropas do Exército. Desde o início da década de 1910, a instituição passara por uma intensa reformulação e investia maciçamente no treinamento militar aos moldes do Exército. Contratara inclusive oficiais de São Paulo e até um Capitão do Exército suíço que foi comissionado no posto de Coronel da Força Pública (o famoso até hoje na PM Coronel Drexler). Aliados a essa questão os militares mineiros foram acionados pelo governo federal e atuaram em vários conflitos durante os anos 20 e 30. Assim, essa força militar possuía uma certa tradição e conhecimento de combate, o que lhe faltava era adequá-la às novas técnicas de uma revolução convencional, bem como de contraguerrilha, caso grupos de esquerda oferecessem esse tipo de resistência.

Porém, o único impasse era como começar a aproximar Exército e Polícia Militar que guardavam velhas rixas, resquícios da Revolução de 1930, pois as duas forças naquele momento ficaram de lados diferentes, quando então o 12º Regimento de Infantaria foi cercado e vencido pela Força Pública de Minas. Porém, o General Guedes e o Coronel José Geraldo de Oliveira tiveram habilidades suficientes para vencer essa barreira. Começaram a promover atividades conjuntas, participações em solenidades,

treinamento de pessoal da PM no Exército, bem como treinamentos conjuntos e competições esportivas entre as corporações.

Vale lembrar que este trabalho analisa apenas as articulações do IPES/ IBAD com a PM em Minas. Havia ainda uma outra gama de atividades contra o governo de Jango sendo desenvolvidas por esses institutos por todo Estado e país, como: propaganda anticomunista e antigoulart, informação e contrainformação, ações contra movimentos, comícios ou programas de cunho esquerdista, dentre outras atividades.

Como apresentado anteriormente, o discurso ideológico do IPES-MG resgatou os ideais da Inconfidência Mineira como espírito de liberdade e tradição do Estado e articulou essa idéia com o movimento conspiratório de 1964. Minas mais uma vez era chamada para atuar na história do Brasil, levantando novamente a bandeira de liberdade e patriotismo para salvar a nação das garras do comunismo. Como se pode perceber no artigo especial de Clarence W. Hall publicado logo após o golpe, os vermelhos já estavam prontos para fazer uma revolução no país e acabar com a família, a religião, a propriedade e trazer toda sorte de maldade e desgraça.

Esse discurso foi perfeito para convencer os militares mineiros. Em primeiro lugar, a Inconfidência Mineira. Os policiais mineiros sempre se orgulharam em dizer que boa parte dos integrantes daquele movimento pertenciam às forças militares da capitania e principalmente seu maior mártir, Tiradentes. Assim, se sentiam herdeiros diretos dos primeiros homens que buscaram a independência no Brasil. Uma segunda questão era a de Minas servir à nação, assim como ela fora chamada para combater nos movimentos armados em tempos passados (Guerra do Paraguai, movimentos armados em 1920 e 1930). Mais uma vez o país necessitava de suas forças e seus homens para defender e salvar a nação contra o comunismo, e, como nos mostra Motta em: *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, os comunistas após a intentona em 1935 passaram a ser odiados pela grande maioria dos militares.

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

Nessa questão do patriotismo, algo interessante foi encontrado durante a pesquisa. Na análise de manuais e livros (escritos pelos próprios integrantes), percebe-se o que poderia se chamar de “duplo patriotismo”. Um patriotismo regional com fidelidade ao Estado, em um patriotismo ao Brasil, mas, também, condicionado ao Estado: Minas servindo ao país. Sobre esse ponto, pode-se considerar que é fruto provavelmente da Primeira República, pois a Constituição de 1891 permitia que cada estado criasse sua própria “milícia”. Assim, “a Força Pública era um exército estadual. Seus manuais, cerimônias, treinamentos, processos de formação e atividades eram de natureza bélica” (COTTA 2006: 91). Essa dinâmica seguia uma lógica em que as unidades Federativas da União não se encontravam sob um Estado centralizador e disputavam o poder entre si.

Dessa forma, como cada exército deve fidelidade e patriotismo a seu povo, e neste caso o exército era regional, logo sua fidelidade em um primeiro momento era com seu estado. Isso nos faz entender porque encontramos entre os policiais mineiros a exaltação do passado, não apenas na figura de Tiradentes, mas muito mais ainda na figura dos mortos em combate que se tornaram heróis, e, portanto, deveriam ser honrados pelos companheiros atuais para a grandeza do Estado e da Nação, como se pode perceber no prólogo do Registro Histórico da PMMG de 1972:

ressalte-se entretanto, que, não fossem a abnegação, o destemor e a determinação dos heróicos milicianos mineiros que nos antecederam na jornada, a Polícia Militar de Minas não teria recolhido tantas glórias...alguns de nossos irmãos foram sacrificados nos campos de batalha, derramando seu precioso sangue em prol dos ideários pátrios... numa oração de fé que se renova nos compromissos assumidos pela geração de hoje de policiais-militares.

Desta forma, o Alto Comando da Polícia, sensibilizado diante desse discurso ideológico em que as tropas mineiras mais uma vez deveriam responder ao chamado da nação, iniciaram os preparativos para a atuação de seus homens. Ao analisar o relatório do Comando-Geral da PMMG ao Governador do Estado

em 1962, pode-se identificar claramente muitos dos aspectos apresentados sobre a preparação das tropas mineiras, e em alguns outros momentos ter indícios da atuação do IPES no interior da PM.

Nesse relatório, o comandante em várias passagens aborda o momento político delicado por que passa a nação dando um tom de perigo iminente. Ressalta que a PM sempre estava pronta a defender o estado e a nação, mantendo a ordem e a segurança, como pode ser percebido em um tópico destinado exclusivamente à situação de alerta:

com os adventos das crises políticas havidas no Brasil, no corrente ano, e que gerou no seio do povo situação de expectativa e mesmo de ansiedade, a Polícia Militar manteve-se de prontidão nos seus quartéis, velando pela paz do Estado (OLIVEIRA, 1962:39).

O relatório inicia-se com uma primeira parte dedicada a um breve histórico da PMMG, ressalta suas tradições, disciplina, fidelidade ao Estado e à nação, as atividades desenvolvidas e sua importância em Minas “Em sua dupla função de força auxiliar do Exército Brasileiro e instrumento de preservação da ordem social” (OLIVEIRA 1962: 05). Destaca, também, que a PM em Minas entra em uma nova fase de sua existência, a de modernizar suas técnicas utilizadas com “oficiais da própria corporação instruídos nos Estado Unidos da América e em escolas do Exército Brasileiro” (OLIVEIRA 1962: 04).

O Comandante, em várias outras passagens de seu relatório, faz referências a policiais que fizeram cursos no Exército e no exterior e já se encontravam transmitindo esses conhecimentos para toda a corporação. Lembrava ainda que o exército brasileiro estava disponibilizando vários outros cursos para formação de instrutores e monitores, como classificação de pessoal e comunicações.

Nesse sentido, pode-se perceber que a PM e o Exército, em 1962, mantinham uma estreita relação no que se referia à padronização na instrução da tropa, o que nos leva a confirmar as colocações de Heloísa Starling (1985) sobre a união das duas

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

forças para desencadearem o movimento de 1964. Ainda, apenas a título de exemplo sobre a proximidade das duas forças, naquele mesmo ano, homens do 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar participaram de manobras militares em conjunto com o Exército, e alunos dos diversos cursos do Departamento de Instrução (DI) também realizaram manobras militares de guerra, o que, pelos dizeres do Comandante, não deveriam ser muito rotineiras naqueles últimos anos, pois constituiu o “treinamento num verdadeiro batismo de fogo para os instruídos mais novos, particularmente, para os integrantes da escola de recrutas e alunos do curso de cabo, que até então desconheciam esse tipo de instrução” (OLIVEIRA 1962: 38).

Detendo-se um pouco mais sobre instrução da tropa, de acordo com os manuais de policiamento de 1962 e 1970 do Coronel Antônio Norberto dos Santos, não se encontra nenhuma orientação ou instrução específica sobre questões como: terrorismo, guerra revolucionária, guerrilha e contraguerrilha. Encontram-se apenas na parte destinada à ordem pública instruções sobre associações secretas e criminosas, reuniões públicas e ajuntamentos ilícitos. Em 1962, esse manual estava em sua 3ª edição e, comparando-o com o de 1970, nota-se pouca diferença, ou seja, podemos considerar que provavelmente desde sua primeira edição o manual mantinha praticamente a mesma estrutura sem receber modificações.

No entanto, o Coronel José Geraldo, através de um programa de modernização de instrução e técnica na polícia, declara em seu relatório que além dos cursos realizados fora da corporação preocupou-se “importar” e difundir em larga escala “manuais básicos, elementos de leis, regulamentos e dados culturais de organizações similares dos países avançados” (GONZAGA 1962: 15).

Durante o levantamento de fontes, encontraram-se dois manuais que demonstram indícios de que realmente a PM investia em novas técnicas, principalmente na guerra contra a esquerda. São eles: Supressão de Operações de Guerrilha Terrorista de 1963, e Distúrbios Cívicos (planejamento) Segurança

de Instalações Vitais (planejamento) de 1962. O próprio comandante destaca a importância dada a esse tipo de preparo:

a exemplo do que ocorre com as mais modernas escolas similares, vem dando importância capital às instruções relativas à REPRESSÃO A TUMULTOS, TÉCNICAS NA DISSOLUÇÃO DE DISTÚRBIOS e COMO COMBATER AS GUERRILHAS. (grifo do relatório, p. 38).

No primeiro manual, encontram-se orientações expressamente anticomunistas que, de acordo com a nota introdutória,

enquanto distraem a atenção do mundo livre por meio de pressões e ameaças bélicas ao longo das linhas exteriores da cortina de ferro, da de bambu e outras, os comunistas têm concentrado seus esforços para se apoderarem do poder nas nações pré-selecionadas por meio de organizações internas. Estes países pré-selecionados constituem na atualidade uma grande parte das nações do sudeste da Ásia, do Médio Oriente, da África e da América Latina; nações que são vitais para a defesa do mundo livre. Manual de Supressão de Operações de Guerrilhas Terroristas (G3 1963: 07)

O manual traz instruções e ações para atividades militares abordando: guerras revolucionárias, guerrilha, contraguerrilha, informação, contrainformação dentre outras técnicas para barrar o avanço comunista que já se encontrava espalhando por todo mundo. Sobre o segundo manual, pode-se considerar também um avanço para instrução policial a questão de manobras contra distúrbios civis e segurança contra instalações vitais. Ele aborda de maneira incisiva a atuação da PM para evitar ações de sabotagem e atentados em estabelecimentos essenciais ao Estado e à sociedade. Tais estabelecimentos eram alvos perfeitos e desejáveis por pessoas de má índole e inimigos do Estado.

Ao se tratar de controle de distúrbios civis, a PM em Minas parece ter iniciado precocemente esses treinamentos em sua tropa.

inédito em Belo Horizonte e talvez no Brasil, foi a demonstração

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

realizada no DI... versando sobre Repressão a Tumultos, Garantias a Comícios Autorizados, Formação adotada, Como Proteger uma Autoridade no meio de uma multidão, Uso de Alto-Falantes para Dirigir ao Povo, Como serenar os ânimos de Populares em massa (OLIVEIRA, 1962: 38).

Ao analisar esse aspecto, deve-se considerar que alguns fatores podem ter influenciado essas ações. Primeiramente, devido às crises econômicas e políticas encontradas no país, evidenciam-se diversas greves e movimentos sindicais, aliando-se a isso, e frente ao medo do anticomunismo e o alinhamento com o projeto do IPES/IBAD, realmente a polícia necessitava de novas técnicas para lidar com essas situações, bem como para lidar com manifestações ou agitações futuras.

Outro ponto a ser analisado foi o impulso e incentivo na questão da alfabetização para a tropa. Naquele momento, grande parcela do efetivo era analfabeto. Para amenizar tal situação, o comando criou as escolas regimentais. Nelas seriam ministradas aulas por oficiais, procurando atingir um nível mínimo de conhecimento.

Se por um lado tal atitude do comando foi louvável e merecedora de reconhecimento, por outro pode-se considerá-la uma porta de entrada para a ideologia do IPES-MG no seio da tropa. De acordo com o relatório, foi dado incentivo às bibliotecas dos batalhões com aquisição de livros didáticos, obras literárias, manuais técnicos e coleções variadas. Ainda nesse incentivo, adotou-se “o sistema de exibição de filmes de assuntos variados” (OLIVEIRA 1962: 18) e passaram a ser realizadas nos quartéis palestras com “professores, técnicos, autoridades civis, militares e eclesiásticas... temas de interesse geral e da atualidade” (OLIVEIRA 1962:19). Para os oficiais e alunos a oficiais que realizavam curso no DI, iniciaram-se “viagens de estudo, bem como visitas a estabelecimentos de indústria e obras de grande vulto” (OLIVEIRA 1962:19). Apresenta também que vários oficiais de outras corporações do país vieram ao estado e participaram de palestras ministradas por Oficiais da PM, que transmitiam os conhecimentos adquiridos no exterior e no exército.

Esses aspectos podem indicar uma provável influência da propaganda ideológica do IPES-MG, pois, como nos mostra Starling, IPES/IBAD investiram maciçamente em filmes, literatura e realização de palestras. Assim, pode-se pensar que tais leituras incentivadas, filmes exibidos e palestras realizadas para o grosso da tropa estavam intimamente ligadas a esses institutos. Já as visitas e viagens realizadas às indústrias e obras de grande vulto por aqueles que exerciam o comando levam-nos a pensar que tinham o objetivo de sensibilizá-los e conquistá-los para aquele projeto de um Brasil grande.

Por último, a questão do efetivo. Esse outro fator nos aponta que a PMMG teve peso extremamente considerável no desfecho do 31 de março de 1964. Ao analisar o Registro Histórico da PMMG de 1972 e o Relatório do Comando-Geral de 1962, a Polícia Militar em Minas passou o seu efetivo em 1961 de 11.760 para 23.773 homens em 1965, ou seja, mais que dobrou o contingente. Dessa forma, pode-se concluir que, após todas essas medidas tomadas sobre aspecto militar em relação à Polícia Militar, os novos incondientes de 1964 haviam resolvido o problema da fragilidade do Exército em Minas e estavam preparados para concluir a derrubada de Goulart.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao finalizar o trabalho, percebe-se que os policiais militares em Minas foram de extrema importância para o desfecho do movimento. Em 31 de março de 1964, batalhões mistos com homens do Exército e da Polícia Militar guarneceram as fronteiras do estado e outros partiram para o RJ. Em 48 horas, homens da Polícia Militar de Minas Gerais participavam de desfile militar em Brasília, comemorando a vitória, que praticamente não encontrara resistência.

No entanto, toda essa preparação pré-golpe em Minas parece que proporcionou à Polícia Militar uma vantagem frente às suas outras co-irmãs. A Polícia Militar de Minas Gerais parece ter conseguido uma efetiva e eficiente repressão/controlar já no início da ditadura, o que consecutivamente lhe permitiu investir

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

em Relações Públicas na tentativa de melhorar sua imagem e se aproximar da sociedade civil, isso já no início dos anos 1970, em plenos anos de chumbo. Porém, esses ainda são os primeiros passos de uma pesquisa mais ampla que se pretende realizar.

***Abstract:** This article was presented as the work of finding the discipline of Political Cultures Postgraduate Course in History and Political Cultures of the Federal University of Minas Gerais in 2006. Your goal is to present the importance of the military police as an ally of the Brazilian Army to trigger the movement of March 31, 1964.*

***Key-words:** Political Cultures, Military Police of Minas Gerais, the Brazilian Army and allies.*

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Sheila Brandão. A Força Pública de Minas na Primeira República, IN: Revista “**O Alferes**” n. 03, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América latina: A Era das ditaduras Chile, Argentina e Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002.

FILOCRE, Laurentino de Andrade. **Guia do PM.** Belo Horizonte: PMMG, 1973.

HALL, Clarence W. A nação que se Salvou a Si Mesma. In: **Revista The Reader’s Digest**, novembro de 1964.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Batalhão Escola. **Manual do Policial Militar.** PMMG, 1968.

_____. Polícia Militar. **Boletim Informativo do Serviço de Relações Públicas da PMMG** n. 03, Outubro de 1973.

_____. Polícia Militar. G3 Comando-Geral da PMMG. **Manual de Supressão de Operações de Guerrilhas Terroristas.** 1963.

_____. Polícia Militar. Departamento de Instrução da PMMG. **Manual de Distúrbios Cíveis (planejamento) Segurança de Instalações Vitais (Planejamento).** 1962.

_____. Polícia Militar. Diretoria de Pessoal da PMMG. **Registro histórico da PMMG.** 1974.

Polícia Militar de Minas Gerais em 1964: de força auxiliar do exército a aliado imprescindível

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo vermelho.** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, José Geraldo de. **Relatório da Polícia Militar de Minas Gerais de 1962.**

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004).** São Paulo: EDUSC, 2004.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **O Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964.** Petrópolis: Vozes, 1985 (p. 11-150).